



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

105
2

133

APELAÇÃO CÍVEL Nº 114006-3

APELANTE: MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE

APELADO: NILDO JOSÉ GABRIEL DE SOUZA

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA - DIREITO TRABALHISTA. CIVIL. GRATIFICAÇÃO. CARGO COMISSIONADO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AÇÃO DE COBRANÇA. FUNÇÃO EXERCIDA. LOCAL INSALUBRE. CONTESTAÇÃO GENÉRICA. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

1- No presente caso, o cerne da questão cinge-se em saber o seguinte: a) se o demandante tem direito a receber a "gratificação II", referente ao cargo de administrador do cemitério; b) se trabalhava em local insalubre.]

2- Quanto à gratificação referente à função de Administrador do Cemitério, verifico que a municipalidade em nenhum momento impugnou a alegação do demandante de que exerceu a referida função e que, por isso, faz Jus à gratificação. O apelante apenas se insurge genericamente, sem nenhuma fundamentação, argumentando que o apelado não tem direito à "Gratificação II".

3 - Sendo assim, como o apelante em nenhum momento nega que o apelado exerceu a função de administrador de cemitério, e nem impugna a existência da gratificação requerida pelo demandante, apenas requer, genericamente, a improcedência desse pedido, presume-se como verdadeira a alegação do apelado de que faz Jus à "gratificação II".

4 - No que se refere ao adicional de insalubridade, também deve ser mantida a sentença fustigada. Isso porque, restou provado nos autos que, mesmo sendo administrador do cemitério, o autor trabalhava em constante contato com os agentes de natureza química, física e biológica, que por sua intensidade, duração e frequência permitem sua caracterização como insalubres.

5 - Os depoimentos testemunhais realizados na audiência de instrução e julgamento (fls. 23/24) servem como prova de que o ora apelado exercia as funções no mesmo ambiente de trabalho dos funcionários do Cemitério, ou seja, exposto aos mesmos riscos que eles.

6 - Portanto, da mesma forma que os outros funcionários do Cemitério de Pontes dos Carvalhos têm direito ao adicional de insalubridade, o autor, como trabalhava nas mesmas circunstâncias dos subordinados, como atestam os depoimentos testemunhais, também deveria recebê-lo

4837

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 114006-3, figurando como apelante MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE e como apelado NILDO JOSÉ GABRIEL DE SOUZA; Acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** à apelação, mantendo integralmente a sentença proferida pelo Juízo a quo, tudo conforme votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado. Prejudicado o recurso voluntário.

Recife, 23 de outubro de 2008

Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator / Presidente



87
134

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 114006-3

APELANTE: MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE

APELADO: NILDO JOSÉ GABRIEL DE SOUZA

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Adoto o relatório de fls. 36.

Acrescento que a sentença proferida pelo Juízo *a quo* julgou procedente, em parte, o pedido contido na exordial, condenando a municipalidade ao pagamento da "Gratificação II, valor de R\$ 226,63; adicional de insalubridade no percentual de 20% sobre o salário mínimo, no período de agosto de 2001 a agosto de 2002, corrigidos monetariamente, a partir da data do ajuizamento da ação".

O Município, ora apelante, apresentou apelação (fls. 39/41) requerendo a reforma total da sentença proferida.

Os demandantes apresentaram contra-razões (fls. 44/45)

É o relatório.

À pauta.

Recife, 21 de Novembro de 2007


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator

SENTENÇA

36
7
135

Proc. Nº 210.2003.118-4.

NILDO JOSÉ GABRIEL DE SOUZA, qualificado, interpôs a presente Ação Ordinária de Indenização contra o Município do Cabo de Santo Agostinho.

Alega que é servidor público municipal, ocupante do Cargo de Motorista, com jornada de trabalho de 30 horas semanais, de acordo com a Lei 1.554/90.

A partir do mês de agosto de 2.001 começou a exercer a função de Administrador do Cemitério de Pontes de Carvalho, de segunda a sábado, sem, contudo, receber as horas extras correspondentes no total de 06 horas por semana. Questiona também o recebimento de Gratificação II correspondente, cujo valor é de R\$ 226,23 e insalubridade no percentual de 20% sobre o valor do salário mínimo.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 05 a 12.

Citado, o Município ofereceu contestação às fls. 18/20.

Em defesa, invoca a natureza do cargo de confiança, ocupado pelo autor, de modo a obstacular sua pretensão, uma vez que os detentores de cargo dessa natureza não têm direito a horas extras.

Com relação à incorporação do adicional de insalubridade, argumenta que o autor desenvolvia atividades de gerente e, conseqüentemente, não tinha contatos com agentes de natureza física, química ou biológica que por sua intensidade e frequência justificasse o pagamento do adicional.

Termo de Audiência de Instrução e Julgamento, às fls. 23/24.

Razões finais pelo réu e pelo autor, às fls. 25/31 e 33/34, respectivamente.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Relativamente ao pedido da Gratificação II, percebo que não houve contestação específica, por parte do réu, nesse sentido, e o exercício da função de Administrador constitui ponto incontroverso no processo, de modo a recolher como procedente o pedido.

No tocante ao pedido do adicional de insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento), constato que as testemunhas arroladas foram unâimes em reconhecer o contato habitual



106
136

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 114006-3

APELANTE: MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE

APELADO: NILDO JOSÉ GABRIEL DE SCUZA

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

O Douto Magistrado de 1º Grau, através de sentença, determinou a remessa dos autos a esta Corte para reexame necessário, face ao disposto no art. 475, II, do CPC vigente.

Ocorre, contudo, que segundo o disposto no § 2º do art. 475 do diploma supracitado, na redação dada pela Lei 10.352, de 26 de dezembro de 2001, quando o valor da condenação não exceder a 60 (sessenta) salários não se aplica o duplo grau obrigatório.

Em se tratando de sentença ilíquida, hipótese do caso presente, a matéria acha-se pacificada em nossos tribunais, não se admitindo, de igual modo, o reexame necessário, como se pode verificar do acórdão abaixo transcrito:

Olney
Ementa: PROCESSUAL CIVIL. VALOR CERTO. ARTIGO 475, § 2º, DO CPC. ALTERAÇÃO DADA PELA LEI 10.352/01. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AGILIZAÇÃO. SESSENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. REEXAME NECESSÁRIO. NÃO OBRIGATORIEDADE. SENTENÇA ILÍQUIDA. AFERIÇÃO. DATA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. CRITÉRIOS E HIPÓTESES ORIENTADORES DO VALOR. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO.

omissis

IV - Consoante anterior manifestação da Eg. Quinta Turma desta Corte, quanto ao "valor certo", deve-se considerar os seguintes critérios e hipóteses orientadores: a) havendo sentença condenatória líquida: valor a que foi condenado o Poder Público, constante da sentença; b) não havendo sentença condenatória (quando a lei utiliza a terminologia direito controvertido - sem natureza condenatória) ou sendo esta ilíquida: valor da causa atualizado até a data da sentença, que é o momento em que deverá se verificar a incidência ou não da hipótese legal. Precedentes. (original sem destaques)



107
137

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

VI - Agravo interno desprovido. (AgRg no REsp 710504/RN; AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2004/0177291-4; Rel Ministro GILSON DIPP; Órgão Julgador QUINTA TURMA; Data do Julgamento 22/03/2005; Data da Publicação/Fonte DJ 18.04.2005 p. 386).

Assim, o caso *sub judice* não é de duplo grau obrigatório. Por sua vez, como o Município do Cabo de Santo Agostinho interpôs apelo voluntário, passo a analisá-lo.

Trata-se de apelação cível de sentença que, em sede de ação de cobrança, originária da Vara Privativa da Fazenda Pública da Comarca do Cabo de Santo Agostinho-PE, reconheceu o direito do demandante de receber verbas trabalhistas referentes ao período de agosto de 2001 a agosto de 2002.

O dispositivo vergastado reconheceu o direito do ora apelado receber a "Gratificação II", referente à função de Administrador do Cemitério de Pontes dos Carvalhos exercida pelo demandante, e o direito de perceber um adicional de insalubridade, no percentual de 20%, incidente sobre o salário mínimo.

O apelante aduz que a sentença proferida pelo magistrado *a quo* merece reforma, argumentando que o ora apelado não tem direito à gratificação II e que, como não trabalhava exposto a agentes nocivos à saúde, também não faz Jus ao adicional de insalubridade.

Percebe-se, no presente caso, que o cerne da questão cinge-se em saber o seguinte: a) se o apelado tem direito a receber a "gratificação II", referente ao cargo de administrador do cemitério; b) se trabalhava em local insalubre.

Quanto à gratificação referente à função de Administrador do Cemitério, verifico que a municipalidade em nenhum momento impugnou a alegação do demandante de que exerceu a referida função e que, por isso, faz Jus à gratificação. O apelante apenas se insurge **genericamente**, sem nenhuma fundamentação, argumentando que o apelado não tem direito à "Gratificação II".



108
138

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Acerca da contestação genérica, dispõe o art. 302 do CPC o seguinte:

"Art. 302. Cabe também ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial. Presumem-se verdadeiros os fatos não impugnados, salvo:

I - se não for admissível, a seu respeito, a confissão;

II - se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público que a lei considerar da substância do ato;

III - se estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto."

Quay

Sendo assim, como o apelante em nenhum momento nega que o apelado exerceu a função de administrador de cemitério, e nem impugna a existência da gratificação requerida pelo demandante, apenas requer, genericamente, a improcedência desse pedido, presume-se como verdadeira a alegação do apelado de que faz Jus à "gratificação II".

Ademais, os documentos de fls. 07/12 e os depoimentos testemunhais obtidos na audiência de instrução e julgamento (fls.23/24) atestam que o apelado exerceu a função gratificada de Administrador do Cemitério de Pontes dos Carvalhos e que por isso faz Jus à referida gratificação. Inclusive, esta vantagem passou a ser paga pelo próprio Município ao apelado, seis meses depois que iniciou o exercício de suas funções, conforme atestam os contra-cheques de fls. 09/11.

Portanto, o Juízo *a quo* acertou em condenar a municipalidade a pagar a gratificação do cargo de Administrador do Cemitério de Pontes dos Carvalhos, referente ao período em que o apelado exerceu essa função e não recebeu a gratificação.

No que se refere ao adicional de insalubridade, também deve ser mantida a sentença fustigada. Isso porque, restou provado nos autos que, mesmo sendo administrador do cemitério, o autor trabalhava em constante contato com os



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

agentes de natureza química, física e biológica, que por sua intensidade, duração e frequência permitem sua caracterização como insalubres.

Os depoimentos testemunhais realizados na audiência de instrução e julgamento (fls. 23/24) servem como prova de que o ora apelado exercia as funções no mesmo ambiente de trabalho dos funcionários do Cemitério, ou seja, exposto aos mesmos riscos que eles.

Portanto, da mesma forma que os outros funcionários do Cemitério de Pontes dos Carvalhos têm direito ao adicional de insalubridade, o autor, como trabalhava nas mesmas circunstâncias dos subordinados, como atestam os depoimentos testemunhais, também deveria recebê-lo. Senão vejamos:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. PERCEPÇÃO A ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 10º DA LEI MUNICIPAL 15.619/92. ATIVIDADE PROFISSIONAL EXERCIDA EM CEMITÉRIO. ANEXO XIV DA NR-15 DA PORTARIA Nº 12/79. ADICIONAL DEVIDO EM GRAU MÉDIO. Não há se falar em nulidade da sentença se o documento juntado aos autos, por determinação do Juiz, sem audiência das partes, não se apresenta relevante para o deslinde da causa. **As atividades profissionais exercidas em cemitérios, considerando os inegáveis riscos físicos e psicológicos a que estão submetidos os trabalhadores, pressupõem o direito à percepção do Adicional de Insalubridade**, calculado à base do salário mínimo da região, a teor do disposto na Súmula 307 do STF. Conforme determinação contida no "caput" do art. 21, do C.P.C., em havendo sucumbência recíproca, devem os honorários e as despesas processuais ser, proporcionalmente, distribuídos e compensados entre as partes. À unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao Reexame Necessário, acolhendo-se parcialmente o recurso voluntário. GRIFO NOSSO. (TJPE- AC 68207-9 – 4ª Câmara Cível – Relator Des. Jones Figueiredo - 24/05/2001).

Sendo assim, **VOTO** no sentido de negar provimento à apelação, mantendo, *in totum*, a sentença proferida pelo Juízo *a quo*, pelos seus próprios fundamentos.

Publique-se. Intime-se.

Recife, 23 de Setembro de 2008

JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -